



243

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 322162-5

COMARCA: Recife - 28ª Vara Cível

EMBARGANTE: EXCELSIOR MED S/A.

EMBARGADO: Nelson de Castro Lima.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.
3. O acórdão embargado não se enquadra em nenhuma das hipóteses de omissão, quais sejam, a não análise de algum dos pedidos ou de algum fundamento/argumento/questão capaz de influenciar no julgamento do pedido.
4. Embargos de declaração não acolhidos



244

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
~Relator Substituto





236

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 322162-5

COMARCA: Recife – 28ª Vara Cível

EMBARGANTE: EXCELSIOR MED S/A.

EMBARGADO: Nelson de Castro Lima.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

RELATÓRIO

RECURSO:

Tratam-se de Embargos de Declaração (fls. 223/227), opostos por EXCELSIOR MED S/A, contra decisão prolatada nos autos da Apelação Cível nº 322162-5, em que contende em face de Nelson de Castro Lima.

ACÓRDÃO EMBARGADO:

Ementa constante às fls. 207/209, colacionada *ipsi litteris*:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA INDEVIDA DE COBERTURA. ROL DE PROCEDIMENTOS ELENCADOS PELA ANS QUE SERVE APENAS COMO REFERÊNCIA PARA COBERTURA ASSISTENCIAL MINÍMA. INTERVENÇÃO DA ANS



237

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ADMITIDA APENAS EM FAVOR DO
CONSUMIDOR. QUIMIOTERAPIA.
MEDICAMENTOS DE USO DOMICILIAR..
IMPORTE INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS
MORAIS. MANTIDO. PRINCÍPIOS DA
RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.
TEORIA DO DESISTÍMULO. RECURSO
IMPROVIDO.

1. Não pode o plano de saúde negar a cobertura de determinado procedimento, sob o argumento de que o referido não se encontra previsto no rol da ANS, pois este não é taxativo, apenas contém a referência para a cobertura assistencial mínima obrigatória nos planos de saúde contratados no território nacional, de maneira que funciona como mero orientador das prestadoras de serviços de saúde.
2. Somente é admitida a intervenção da ANS em favor do consumidor, seja para afastar cláusulas abusivas ou ampliar a proteção contratual.
3. O tratamento quimioterápico realizado por meio de medicamento de uso oral não deixa de estar relacionado com o atendimento médico-hospitalar, embora exista a possibilidade de que a sua utilização seja feita em casa pelo próprio paciente, até porque o referido remédio não se trata de um simples medicamento mas, sim, da própria quimioterapia, cuja despesa encontra cobertura no contrato.



238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

4. *É permitido ao plano de saúde estabelecer quais as patologias contratualmente cobertas, mas não pode determinar a forma de tratamento a ser empregada, impedindo a utilização de medicamentos mais modernos e eficazes à condição da paciente.*

6. *Referente ao importe indenizatório, como órgão distribuidor de justiça, compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa, além disso deve fazer uso, além de seu bom senso, dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sempre observando a gravidade do dano e a sua extensão, a condição financeira do ofensor e do ofendido.*

7. *Recurso que se nega provimento.*

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

O Embargante aduz, em síntese, que houve omissão deste juízo ao deixar de fazer referencia expressa ao art. 5º, II e XXXVI, da CF/88. Prossegue argumentando que o contrato firmado entre as partes prevê expressamente a não cobertura de medicamentos para uso domiciliar ou fora do ambiente hospitalar, tornado-se inconcebível a condenação da Embargante no pagamento de indenização por danos morais.

Ademais, aduz que o quantum reparatório a título de indenização por danos morais foi fixado sem a observância do princípio da



239.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

razoabilidade e de forma exorbitante, afrontando o art. 944 c/c 953 do CC/02. Prequestiona, então, os dispositivos supramencionados.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 15 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho

Relator Substituto



240

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 322162-5

COMARCA: Recife – 28ª Vara Cível

EMBARGANTE: EXCELSIOR MED S/A.

EMBARGADO: Nelson de Castro Lima.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.

Inicialmente, devo frisar que o art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento de forma explícita e bem delineada. Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas



241

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CPC - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº



242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j.
unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Concernente à tese de ocorrência de omissão, ressalto que, segundo o jurista Fredie Didier Júnior, existem dois tipos de decisão omissa, "a) aquela que não examinou um pedido (questão principal); b) a que não examinou algum fundamento/argumento/questão que tem aptidão de influenciar no julgamento do pedido (questão incidente), que efetivamente ocorreu." ((DIDIER JR., Fredie. Curso De Processo Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e processo nos Tribunais. V.3. Salvador: Editora Jus Podivm. 2012, P. 209). Assim, fica claro que o acórdão em questão não se enquadra em nenhuma destas hipóteses, posto que não deixou de analisar nenhum dos pedidos ou qualquer argumento da Embargante que pudesse modificar o entendimento explanado.

Assim sendo, como não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de embargos declaratórios, não acolho as citadas argumentações.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **negotio** **accolhimento**.

É como voto.

Recife, 24 de SETEMBRO de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto